



III – DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA

OS CONTURBADOS DIAS QUE LEVARAM AO MOVIMENTO DE 1964

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
(sócio emérito do IHGSP)

Presidi o Partido Libertador de São Paulo, Diretório Metropolitano, de 1962 a 1964.

Havia, à época, divergências entre a direção nacional do Partido e o diretório presidido pelo Dr. Rodrigues Alves. Soube da divergência em almoço com o Senador Mem de Sá, a convite de meu sócio, à época, João Pessoa de Albuquerque, presidente do diretório regional do Partido. Neste almoço – eu, que nunca fizera política universitária ou de qualquer outra natureza, como em associações sociais ou estudantis – expus ao Senador minha preferência pelo sistema parlamentar de Governo, desde os bancos acadêmicos, falando sobre os motivos que me levaram à opção por aquele sistema.

Para minha surpresa, algumas semanas depois, recebi um telefonema do Senador, pedindo para almoçarmos novamente com João. Foi nessa oportunidade que ele me convidou para sair candidato à presidência do diretório metropolitano contra o então presidente, apoiado pela direção nacional. Aceitei o convite e terminei concorrendo sozinho, pois o presidente anterior desistiu de enfrentar a direção nacional.

Eleito em 1962, vivíamos um sistema parlamentar de governo, que não me agradava, o que era irrelevante, mas também não agradava à direção nacional, e, principalmente, ao deputado Raul Pilla, presidente nacional do Partido, o que era relevante.

O País estava, então, sob a presidência de Jango e num sistema semiparlamentar de governo. Tinha sido, na época, aprovado o horário eleitoral gratuito. Consegui, o presidente da República, através de uma lei ordinária, convocar plebiscito para que o povo decidisse sobre voltar ou não ao presidencialismo. A direção nacional do PL tomou, em face do desafio, a decisão de não defender o parlamentarismo, que, de rigor, não era aquele comprovadamente bem sucedido na Europa, mas uma desfigurada forma de duplo comando (1º Ministro e Presidente).

A consequência foi o aconselhamento a todos os diretórios do partido que

se abstivessem da defesa do sistema brasileiro, não apoiando, por outro lado, a solução presidencialista.

Eu, pessoalmente, defendi, nos horários gratuitos, a inconstitucionalidade do plebiscito, visto que lei ordinária não poderia mudar sistema de governo, instituído por Emenda à Constituição, tendo, inclusive, não votado, justificando que não o fazia por considerar inconstitucional a convocação. Causou-me espécie que a Justiça Eleitoral tenha aceitado a justificação, tanto que não aplicou qualquer punição, talvez por não ter examinado o argumento.

Nos últimos dias, fui alertado pelo presidente do TSE, o Desembargador Fernando Euler Bueno, de que, se continuasse a pregar a abstenção e insistisse na inconstitucionalidade da lei, o TRE iria proibir minha manifestação, no horário concedido ao PL.

Tinha e tenho pelo desembargador Euler Bueno profunda admiração. Nos contatos que mantivemos naqueles tempos, sempre admirei sua serenidade e elegância no trato com os diversos presidentes de partidos.

Tendo apenas 27 anos, todavia, irritado com o desrespeito à lei suprema, fui ao último programa de TV e comecei dizendo que fora proibido de pregar a abstenção no plebiscito; que fora proibido de sustentar que a lei era inconstitucional e com esta introdução de que “fora proibido”, disse tudo o que queria. Liguei, depois, para o Desembargador, informando-lhe como agira e que estava à disposição para as sanções que julgasse aplicáveis. Respondeu-me ele: *“Ives, você disse que estava proibido de falar sobre certos temas; declarou repetidas vezes, sobre que temas você não poderia falar. Logo, você cumpriu a proibição”*.

Que falta fazem homens como Fernando Euler, neste Brasil de hoje!

Aprovada a volta ao presidencialismo, o País passou a viver momentos conturbados, que narro em romance editado pela MP Editora, intitulado *“Um advogado em Brasília”*.

Tínhamos a eleição municipal pela frente e decidi com meu diretório – quase todos de minha faixa etária, entre 25 a 30 anos – indicar os candidatos para a aprovação pela Assembleia do Partido, mediante exame vestibular, constituindo uma banca examinadora de notáveis professores presidida por Theodoro Maurer, professor da USP.

Examinamos mais de 150 candidatos para escolher 60. Em uma das questões, pedíamos aos candidatos que, em 20 linhas, indicassem a razão pela qual optara pelo Partido Libertador. Houve respostas curiosíssimas. Um dos candidatos escreveu “por ser a legenda mais respeitada entre as demais” e repetiu nas outras 19 linhas a mesma frase. Outro, disse que, abrindo a lista telefônica, simpatizara com o nome da legenda. O idioma, era, às vezes, bem maltratado. Este último candidato começou a frase dizendo: “Bem! abrindo a lista telefônica ...”.

Roberto de Abreu Sodré, que veio a ser governador de São Paulo, disse-me



que eu estava pretendendo criar uma Academia de Política e não dirigir um partido político.

O certo é que a boa seleção que fizemos – havendo, como nos concursos de magistratura, perguntas sobre conhecimentos gerais, o passado do candidato e pesquisas sobre sua idoneidade – permitiu que o PL fosse o partido com maior número de candidatos participando nos horários gratuitos (em que ainda não havia participação de marqueteiros), e com discursos consistentes. Havíamos criado uma outra Comissão destinada a ensinar aos candidatos os princípios do partido, suas diretrizes, sua história lastreada no Partido Liberal fundado no Império, em 1861, assim como o programa para a cidade em que iriam concorrer.

Por fim, presidi um Conselho informal de presidentes do partido para enfrentar as emissoras de TV, que queriam colocar-nos em horários pela madrugada. Conseguimos do TRE que os horários fossem definidos pelo Tribunal, ainda aqui com a colaboração do Des. Fernando Euler Bueno.

O resultado foi surpreendente. O PL, quando assumi a presidência, era o décimo terceiro dos treze partidos, em número de votos e edis. Tínhamos apenas um em quarenta e cinco.

Na eleição, conseguimos formar a terceira maior bancada, com três vereadores, perdendo para a UDN, que fez cinco, e para o PSP, do Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que fez seis. Alguns partidos fizeram 3 vereadores, também, mas tivemos mais votos que o PSD e PTB, partidos que apoiavam o presidente Jango.

Quando da minha posse como presidente, Mem de Sá brincou que o PL, em São Paulo, não era um partido político, mas um jardim da infância.

Com os resultados de 1963, recebeu, o diretório metropolitano, todos os elogios da direção nacional, passando a ser um referencial, principalmente para outros Estados em que o partido era mais forte (Rio Grande do Sul). Nesta época, surgiu a sólida amizade que me liga, até hoje, a Paulo Brossard, então secretário geral do diretório regional do PL naquele Estado. Contatos com Pilla, Mem de Sá, o fantástico e insuperável deputado Brito Velho – o maior orador que tive oportunidade de conhecer na vida – eram para mim uma escola, preciosos momentos de aprendizagem.

Neste ínterim, a situação do país se deteriorava de tal forma, que culminou com a revolta dos sargentos, em 13 de março de 1964.

Tínhamos tido, antes, a eleição para a presidência da mesa da Câmara Municipal de São Paulo. Alegrou-me termos perdido, mas, dos treze partidos, o PL foi o único cuja bancada votou de acordo com a orientação do partido (Paulo Soares Cintra, Jayme Rodrigues e João Lemos). Os demais racharam, o que irritou principalmente Sodré, que acompanhou a votação a meu lado.

Os acontecimentos de 13 de março levaram os partidos “anti-Jango” a uma reunião de emergência, em São Paulo. Não sei se houve outras em outros Esta-

dos. Foi quando senhoras procuraram-nos para dizer que iriam promover uma passeata *da Família com Deus* e contra a desfiguração do Poder Executivo, que apoiara os sargentos contra os oficiais, sobre ter nomeado para a Marinha oficial subalterno e da reserva, desafiando um dos dois principais requisitos das Forças Armadas, que são hierarquia e obediência.

Demos-lhes apoio PSP, UDN, PL, PRP e o próprio PSD.

No dia 19 de março, pela manhã, reunimo-nos, os presidentes dos diretórios regionais e metropolitanos, na Assembleia Legislativa. Tínhamos a impressão de que a marcha não seria bem-sucedida, pela falta de tempo, de organização e pela dificuldade dos partidos políticos de se unirem.

Desconhecíamos a capacidade das mulheres paulistas. À tarde, já na Praça da Sé, eu não acreditava ver aquela multidão. Era o povo na rua, com as mulheres à frente, sem nenhuma liderança partidária destacando-se, porque o movimento era autêntico e popular. Basta olhar as fotografias da época, estampadas em todos os jornais.

No dia 31 de março, estava proferindo uma palestra no Elos Clube de São Paulo, na hora do almoço, quando recebemos a notícia de que as tropas do General Mourão, em Minas, que estavam inicialmente avançando, haviam recuado, quando o 1º Exército, sediado no Rio, começou a deslocar-se para Minas.

Comuniquei aos presentes, fui à sede do partido e convoquei uma reunião do diretório metropolitano, tendo João Pessoa de Albuquerque, presidente do diretório regional, convocado reunião de seu diretório. Fizemos, na sede do Partido, uma reunião conjunta.

Jango cortou as ligações com o Congresso Nacional e não tivemos condições, portanto, de receber orientação da direção nacional, nem de Pilla, nem de Brito Velho, nem de Mem de Sá.

Como a sede do Partido era na Rua Caio Prado, de meia em meia hora, um dos nossos dirigia-se até o jornal “O Estado de São Paulo” para saber o que estava ocorrendo em Brasília.

Depois de horas de indecisão, o General Krueel, comandante do 2º Exército, decidiu opor-se ao comando do 1º Exército, notícia que me foi dada pelo próprio Júlio Mesquita Filho, e marchar para o Rio.

Percebendo a insustentabilidade de manter-se em Brasília, de um lado, pela adesão de diversos setores militares ao movimento, apoiados pela reação popular, e, de outro, pela fracassada tentativa de instauração de uma república sindicalista no País, com apoio nas tropas (a revolução dos sargentos), o presidente foi para o Rio Grande do Sul de avião para garantir-se na presidência com apoio do 3º Exército na fronteira, mais numeroso que o de São Paulo. Mas, ao sentir que também lá não conseguiria controlar as Forças Armadas – foi fatal o apoio aos sargentos contra os oficiais para as pretensões de Jango – refugiou-se no Uruguai.



De madrugada, ao sairmos do partido, tendo passado pelo “O Estado de São Paulo”, fomos todos os dirigentes jantar, tendo definido que a nossa posição a ser levada ao diretório nacional era de que a queda de um presidente regularmente eleito só se justificara pela tentativa de golpe que pretendeu impor ao país o regime sindical e que o regime de exceção, que se instalava, deveria ser provisório, com convocação de eleições de imediato.

A direção nacional comunicou-nos que também seria essa a sua posição.

E o Presidente Castelo Branco, eleito indiretamente, assegurou que as eleições programadas para 1965 iriam se realizar, conforme a Constituição de 1946 e seriam antecedidas daquela dos prefeitos.

Saíram dois candidatos à presidência. Pelo PL, fomos os primeiros a lançar Carlos Lacerda, antes da UDN, e, pela Coligação PTB-PSD, Juscelino Kubitschek. A candidatura de Carlos Lacerda foi aprovada em São Paulo, na convenção nacional do PL.

Já a esta altura, em fim de mandato, escolhi para meu sucessor nosso vereador mais votado, Paulo Soares Cintra, que aceitou, tendo coordenado a adesão do PL à candidatura de Laudo Natel à prefeitura de São Paulo, por sugestão minha e de João Pessoa.

Continuei militando no partido e preparando a transição, em São Paulo, para a união com a UDN, de iniciativa da direção nacional, desde que se colocasse no programa desse partido o ideal parlamentarista.

Os acontecimentos, após a eleição no Rio de Janeiro, em que o candidato do governo foi derrotado (creio que era Flexa Ribeiro) precipitou a edição do Ato Institucional n. 2/65, que dissolveu todos os partidos e criou duas legendas, ou melhor dois conglomerados de políticos (Arena e MDB). Nessa oportunidade, escrevi uma carta ao Senador Mem de Sá, que, segundo creio, era então Ministro da Justiça, dizendo-lhe que, com a extinção do PL, decidira nunca mais fazer política na vida – o que tenho cumprido, rigorosamente, até hoje. É que o fechamento de um partido programático como o PL, que defendia a “*responsabilidade dos governos a prazo incerto*” (irresponsáveis, nos governos parlamentares, não recebem voto de confiança do Parlamento e caem sem traumas institucionais) e não à “*irresponsabilidade a prazo certo*” (eleito um presidente irresponsável, os únicos caminhos para afastá-lo são o “impeachment” ou um golpe de Estado, como ocorrera com Jango), tirara-me toda a ilusão de que, através da política partidária, eu poderia fazer algo pelo meu País. Assim, comuniquei-lhe que decidira ser apenas advogado e professor, e, nesta condição, exercer a cidadania. É o que tenho feito em livros, palestras e artigos, desde então.

Nunca me arrependi da decisão.